

AVERRÓIS EXPOSIÇÃO DA REPÚBLICA DE PLATÃO*

Tradução de
Luis Alberto De Boni

Tratado Primeiro

1. *Objeto e partes.* A intenção deste tratado é a exposição das doutrinas científicas atribuídas a Platão e contidas na *República*, prescindindo da argumentação dialética. Queremos ser muito concisos para assim poder falar sucintamente de todo ele. Sem embargo, e em razão do bom andamento expositivo, cremos que era necessário um prefácio introdutório, no qual o objeto de estudo se apresentasse na ordem devida, já que Platão escreveu este livro somente depois de haver concluído outros escritos acerca desta ciência. Também indicaremos, sempre que pudermos, algumas precisões acerca da utilidade deste saber, de sua finalidade e de suas partes.

Dizemos, pois, que esta ciência, chamada sabedoria prática, difere essencialmente das ciências teóricas. Isto é evidente, pois seu objeto difere de todos e de cada um dos saberes teóricos, e seus princípios são diferentes dos princípios destes. O objeto desta ciência prática é o pensar volitivo, cujo controle está ao alcance de nossas forças, na medida em que o fundamento de tal pensar é querido e preferido, do mesmo modo como o princípio do saber natural é a natureza, e seu objeto o conhecimento físico, e como o fundamento da ciência divina é Deus (que ele seja louvado!) e seu objeto o conhecimento divino. Além disso, esta ciência prática difere das ciências teóricas, cujo fim é o saber estrito, pois se conduzem a qualquer tipo de ação, fazem-no de forma acidental, como soe acontecer com algumas questões peculiares dos conhecimentos matemáticos. Pelo contrário, o fim desta ciência prática é exclusivamente a ação e, mais ainda, suas partes diferem em razão de sua proximidade à referida ação.

* O texto árabe original da *Exposição da 'República' de Platão* foi perdido. Existe a tradução hebraica do mesmo, da qual foram encontrados 8 manuscritos e, sobre ela, fizeram-se duas traduções latinas. Baseado na edição crítica em hebraico, o Prof. Miguel Cruz Hernández (Madrid, 1987) preparou uma edição espanhola que, segundo pensam especialistas, é melhor que a latina e a hebraica, porque, de certo modo, procura reconstruir o texto árabe que estava por baixo daquelas traduções. Valemo-nos do trabalho do Prof. Hernández para o presente texto.

Quanto aos temas principais de que se ocupa esta ciência, o mais geral é o mais distante da operação ativa concreta, e o menos geral é o mais próximo, como acontece também na arte da medicina. Precisamente por isso, os médicos chamam a primeira parte da arte da medicina de parte científica, e a segunda a designam como prática. Da mesma forma este saber ético foi dividido em duas partes: na primeira, os costumes e hábitos são tratados de modo geral, estabelecendo-se assim a mútua correlação das condutas. Na segunda parte, se conhece o modo como se organizam os costumes nos grupos sociais de tal maneira que umas condutas se inter-relacionam com outras, e de cujo entrelaçamento brota o comportamento que pode ser considerado como o mais perfeito, e cuja realização impede a outros hábitos diferentes. Em geral, esta parte compreende diversas matérias consideradas genericamente, mas que podem ser realizadas de maneira concreta [...].

2. *A complexidade da perfeição humana postula a comunidade social.* – Dizemos, pois, que como já era evidente na primeira parte desta ciência, ou ética, a perfeição humana em sua totalidade procede de quatro gêneros: virtudes teóricas, virtudes dianoéticas, virtudes éticas e perícia nas artes práticas (*EN [Ética a Nicômaco] 1, 13, 1103a 3-7*). Todas estas perfeições, consideradas em si mesmas, só têm uma finalidade teórica, mas por isso mesmo servem de base para o estabelecimento dos princípios que se utilizam para determinar a razão de seu fim. Também parece evidente que é impossível para um homem alcançar por si só todas as virtudes, o que, se fosse possível, resultaria improvável, podendo-se tomar como um princípio aceitável que pudéssemos encontrá-las realizadas separadamente em um conjunto de indivíduos (*EN 1, 7, 1097b 8-11*). Mesmo assim, parece que nenhuma das essências humanas pode realizar-se através de uma só destas virtudes, a não ser que um grupo de homens contribua para tanto; pois para adquirir sua perfeição um sujeito concreto necessita da ajuda de outras gentes. Por isso o homem é por natureza político. Às vezes isto não só é necessário à perfeição humana, mas também para aspectos imprescindíveis da vida, condição que o homem, em certo sentido, compartilha com os animais, como o procurar alimento, possuir alojamento, poder vestir-se e, em geral, tudo o que o homem necessita em razão de suas faculdades apetitivas e vitais.

Esta situação é devida a várias razões: 1) Enquanto é de inexcusável necessidade, quer dizer, que é impossível que um homem isolado possa estar seguro de alcançar o imprescindível para a manutenção, o teto e a vestimenta. 2) Porque é o modo mais fácil. Por exemplo: em princípio é possível que Zaid não se dedique ao preparo do solo e colha alhures o de que necessita, mas pode também cultivar e colher mais do que necessita pessoalmente, procurando assim alimentos para outros cidadãos, para viver melhor. 3) Porque é a melhor maneira, pois que se um homem foi formado desde a juventude em um ofício determinado, e o praticou durante bastante tempo, sua habilidade naquele ofício será maior. Esta foi uma das razões que conduziram Platão a considerar inadequado que o cidadão se especialize em mais de um ofício, como veremos depois, pois a utilização habitual de um homem em mais de um emprego geralmente é impossível, e quando é possível, não é bom. [...]

4. *As virtudes no homem e na sociedade.* – De modo genérico, tanto os homens como a sociedade podem possuir todos os conhecimentos próprios da potência cogitativa e todas as virtudes éticas. A ordem de hierarquia deverá ser correspondente às prioridades de categoria das referidas virtudes, cujo primado pertence à justiça, que Platão estudou no livro I desta obra, a *República*, e desenvolveu no livro IV, e que não é outra coisa a não ser que na sociedade cada homem deve trabalhar naquilo que em virtude de sua natureza possa fazer do melhor modo possível. Isto só poderá ser concebido quando as diferentes partes da sociedade estejam regidas pelo que é ordenado pela ciência teórica, ou seja, pela Filosofia, e por aqueles que assim a governem. Por isso é evidente que este grupo, quer dizer, os possuidores da ciência teórica ou filósofos, são também os que devem ter o poder, quando dominam aquela. Pois assim como a justiça na alma de cada um realiza em qualquer de suas partes só aquilo que deve ser, na medida adequada e no tempo conveniente – pois é necessário que nas diversas partes da alma só aconteça o que ordene o intelecto –, assim também deve acontecer no caso da sociedade.

Deveis saber que algumas destas virtudes são próprias da sociedade, porque pertencem a alguma de suas classes, como a sabedoria e a fortaleza, enquanto outras formam parte de todos os grupos, como a justiça e a temperança. Isto é evidente per se. Porém, se a virtude da liberalidade pertence a todos os grupos desta sociedade ou somente a uma das classes, é algo cujo motivo deveremos investigar depois (*EN 2, 7, 1107a 13 b- 14*). Se tudo isto que descrevemos pôde ficar claro na primeira parte desta ciência, ou seja, na *Ética*, que trata das ditas virtudes de modo absoluto, então é necessário desenvolver três idéias para um conhecimento completo delas.

A primeira é o conhecimento das condições que devem dar-se para que uma destas virtudes possa ser realizada.. Por exemplo, como já se disse, a fortaleza é virtude de modo absoluto, porém, por vezes, na alma é o ponto intermediário entre a ousadia e o temor, constituindo um hábito mediante o qual o homem atua voluntariamente de modo apropriado e na medida e tempo convenientes. Porém, para o conhecimento de sua ação, a referida definição precisa das condições concretas, pois de outro modo seria impossível atuar (*EN 2 2, 1104a 5-9*). O fim do conhecimento a este propósito, como diz Aristóteles, é tão só chegar à ação, não o simples conhecer.

Em segundo lugar, deve-se precisar que estas virtudes devem ser inculcadas nos espírito jovens e desenvolvidas gradualmente, assim como devem ser conservadas uma vez que tenham sido aperfeiçoadas, do mesmo modo como os vícios devem ser desarraigados das almas más. Em geral, este assunto assemelha-se ao conhecimento de como os corpos devem recuperar a saúde, como ela pode ser preservada e como hão de ser curadas as enfermidades, quando se partiu do conhecimento das condições da saúde.

A terceira é que convém descobrir que hábito ou que virtude se aperfeiçoam quando se unem a esta virtude ou àquele hábito (*EN 1, 13 1102a 16-26*). Neste caso acontece exatamente como quando o médico explica que um elemento, unido a outro no corpo, pode conduzir a manter a saúde ou a preservá-la. Tudo

isso só pode ser sabido mediante o conhecimento dos fins de todas as perfeições, entendendo-as através de um dos grupos da sociedade, como a preservação da saúde dos órgãos ou sua recuperação só é possível mediante o conhecimento da maior parte do corpo humano, da relação com os demais órgãos e da hierarquia funcional entre eles.

5. *O desenvolvimento das virtudes nos cidadãos.* – Após haver esclarecido estas questões, devemos estabelecer, mediante a correspondente análise, o caminho através do qual todas e cada uma das virtudes se gravam e desenvolvem nas almas dos cidadãos (*EN* 6, 7-8 1141b – 1142a 30). Deveis saber que, apesar de tudo, é possível que não obstante haver sido expresso de tal modo, possam não estar suficientemente desenvolvidas nas sociedade e nações, a não ser que a faculdade cogitativa esteja unida a ela. Assim acontece no caso da arte médica. Por isso deve-se saber que os mais velhos são indicados para o governo das sociedades, pois neles o conhecimento das ciências teóricas está associado a uma larga experiência, exatamente como o médico não pode completar sua formação até que o saber acerca dos princípios universais de sua arte não se atualize nele, e graças a esta experiência da virtude cogitativa possa ser aplicado universalmente. Tudo isto foi esclarecido na primeira parte desta ciência, ou *Ética*. Voltaremos, contudo, a tratar dele mais tarde.

Dizemos, pois, que Platão inicia o desenvolvimento dialético destas virtudes a partir da virtude da fortaleza. Assim, como eu já disse, o caminho para a realização de seu propósito e para conservação dos cidadãos do modo mais perfeito que possa ser considerado, é o primeiro dos seguidos para a atualização da virtude na sociedade. Afirmamos, pois, que as vias, mediante as quais as virtudes em geral se desenvolvem nas almas dos dirigentes da política humana são duas.

a) A primeira delas consiste no enraizamento das opiniões convenientes em suas almas por meio da dialética, da retórica e da poética, limitada ao saber teórico apresentado para o comum dos humanos; pelo contrário, o caminho mediante o qual uns quantos são escolhidos para desenvolver em ato as ciências teóricas constitui a via verdadeira, como será demonstrado mais adiante. Quando se deseja ensinar a multidão, deve-se utilizar a retórica e a poética, porque a multidão, a este respeito, encontra-se em uma destas duas situações: uns podem chegar a conhecer a verdade especulativa, através de argumentos demonstrativos, e outros não podem conhecê-la de modo algum. A primeira posição é impossível com relação à totalidade dos homens; a segunda é possível sempre que cada um se esforce para obter o maior grau de perfeição humana compatível com sua natureza e com seu possível estado de preparação. Mais tarde, sua compreensão do modo de convencimento, pelo conhecimento do princípio primeiro e da causa final, chegará a uma posição tão elevada como pode dar-se a compreensão em sua natureza e seja útil em relação às restantes virtudes éticas e às artes práticas, para cuja aquisição está preparado.

Estando as virtudes éticas e as artes práticas arraigadas em suas almas através deste primeiro caminho, podem ser aperfeiçoadas as ações das referidas artes e virtudes por meio do influxo conjunto de dois tipos de argumentos, chamados persuasórios ou emotivos, por meio dos quais nos inclinamos para as boas quali-

dades. Esta primeira via de ensinamento só é possível para aqueles cidadãos que foram educados em tais idéias desde os anos da juventude. Dos caminhos de formação, este é um dos mais naturais.

b) O segundo caminho, pelo contrário, é o modo que se aplica aos inimigos, aos adversários e àqueles cujo comportamento não está guiado pelas virtudes correspondentes; esta é a via da coerção e do castigo. Porém, é evidente que este último modo não pode ser aplicado aos membros da sociedade virtuosa, pois se fosse utilizado, não se diferenciaria em nada da mera instrução, que resulta ser a mais efetiva para a aprendizagem da disciplina da chamada arte bélica e da formação militar que seguem as sociedades não virtuosas, cuja conduta não é autenticamente humana. Este método é também empregado para aqueles a quem não cabe outro modo de educar além deste, ou seja, a coerção bélica, para se alcançar que obtenham as virtudes. Portanto, é evidente que este segundo método de formar as gentes seja natural para inculcar domesticamente a disciplina às crianças, aos jovens e aos servos. É semelhante o caminho seguido também pelos governantes das sociedades injustas, que castigam o povo mediante penas, flagelos e execuções.

Mas no tipo de sociedade ideal, que estamos descrevendo, deve ficar reduzido ao mínimo o uso de tais métodos, isto é, o recurso à disciplina por meio da coerção. Sem embargo, tal via é necessária naquelas nações que não possuem verdade revelada alguma, pois se a coerção não se aplicasse aos povos, inevitavelmente se desembocaria na guerra. Esta é a maneira mediante a qual os padrões de conduta estão arraigados naquelas leis humanas que, como a nossa, procedem de modos traçados por Deus (que ele seja louvado!), que são dois: o primeiro deles é mediante a benevolência, o segundo, por coerção. Sem embargo, a arte bélica não é suficiente, salvo quando está apoiada na virtude moral, pela qual se discerne o que é adequado e o que é inadequado no tempo e na forma, ou seja, a virtude do valor. É necessário, pois, que esta virtude constitua o fundamento da sociedade virtuosa, para preparar sua atividade. [...]

29. *A prudência.* – Ao chegar a este ponto em a *República*, Platão quer mostrar a natureza da justiça de tal modo que possa ser claramente percebido por meio do que exporei a respeito da vida civil. Parece, pois, evidente que a referida comunidade deve ser prudente, valorosa, moderada e justa. Começará, pois, com a sabedoria, dizendo que é evidente que esta sociedade deve ser sábia e possuidora de conhecimentos para que possa alcançar uma compreensão prudente das leis e normas aconselháveis, das quais voltaremos a fazer menção. O bom governo e o bom conselho são, sem dúvida, um modo de saber; porém, não podemos dizer que a melhor administração e o assessoramento correto da dita sociedade estejam fundados no conhecimento de certas artes práticas, como a agricultura, a carpintaria e outras. Neste caso, a sociedade deverá ter um saber específico para conhecer o que foi antes indicado. É evidente que esta ciência só pode aperfeiçoar-se por meio do conhecimento do fim último do homem, quando seu governo se exercer em tal sentido. Também parece claro que só podemos perceber o fim último do homem por meio das ciências teóricas. Logo, esta sociedade necessariamente se manifesta como sábia em duas classes simultâneas de conhecimento, a saber: o teórico e o prático.

O grupo de cidadãos nos quais a sabedoria se desenvolve é a mais pequena das classes, ou seja: a dos filósofos; e isto acontece porque suas naturezas soem estar menos atarefadas que a dos dedicados às artes práticas. É evidente que esta sabedoria deve ser firmemente possuída por aquele que reje a sociedade e a governa. Por isso, a chefia desta sociedade pertence necessariamente aos sábios. Já expusemos, pois, tudo quanto convém saber para que a prudência se desenvolva nesta sociedade e em suas partes.

30. *A fortaleza*. – Quanto à fortaleza peculiar desta sociedade, ela deve residir na manutenção das idéias antes expostas, e seu desenvolvimento e sua salvaguarda, nas naturezas de todos os cidadãos em qualquer caso de pressão e de fraqueza (*Rep* 430). Por pressão quero dizer o medo e o temor, e por fraqueza, as paixões. É claro que as gentes desta classe só possuirão tal caráter se lhe inculcarmos o modo de ser antes mencionado e o realizarmos por meio das referidas aprendizagens, a saber: a música e a ginástica. Quando tiverem alcançado tal modo de ser, será difícil que o temor ou as paixões façam fraquejar as idéias de suas almas. Porém, se, pelo contrário, tivessem sido formados com as imagens dos referidos temores e paixões, seria fácil que aquelas idéias mudassem.

Um exemplo disso, diz Platão, encontra-se nos tintureiros: quando querem tingir de púrpura algum tecido colorido, a primeira cor que dão à roupa é a branca; e através de numerosas manipulações a preparam para que possa receber o colorido da melhor forma possível, de tal modo que quando receba a tinta e se seque, não seja possível tirá-la nem lavando, nem ensaboando. Já os tecidos que não são preparados deste modo, sua cor desaparecerá quando forem lavados com qualquer detergente. O mesmo acontece no caso dos guardiães; se não forem formados com o tipo de educação que assinalamos e se suas naturezas não forem bem escolhidas, sem dúvida alguma suas idéias poderão ser apagadas de sua alma e, tal como a cor, haverão de perder-se, pois o prazer, da mesma forma que o temor e o medo, são os mais fortes corruptores das virtudes e seus erradicadores mais efetivos.

Fica, pois, evidente em que classe da sociedade se assenta e se fundamenta esta virtude, isto é, a fortaleza, pois só pode criar raízes nela por meio daqueles indivíduos que escolhemos como guardiães e que destinamos à manutenção da referida classe (*Rep* 429b). Portanto, é claro que as sociedades não podem ser chamadas de fortes ou de débeis, seja em todos os seus grupos, ou somente em uma classe, a saber, a plutocrática ou a artesã, a não ser exclusivamente em razão da classe dos guardiães. Com isso, descrevemos o que seja esta virtude, e a que classe pertence. Devemos agora falar das duas virtudes restantes, a temperança e a justiça, dizendo o que sejam e a que parte da sociedade devem estar adscritas (*Rep* 430 d-e).

31. *A temperança*. – Diremos que a temperança é o equilíbrio na comida, na bebida e no sexo. Moderado é o indivíduo que por si mesmo pode seguir um meio termo; e por isso se disse que a temperança é algo que a alma adquire e desenvolve frente aos prazeres e ao desejo. Por isso se diz que o moderado possui maior poder e força que a própria. Sabendo que o homem possui uma parte nobre, a saber, a razão, e uma parte ruim, ou seja, a alma concupiscível, se o lado nobre

possui maior poder e força que o baixo e o submete, então se dirá que este homem parece mais forte do que realmente o é (*Rep* 431). Porém, se se inclina para o lado ruim, seja por causa da educação, ou por outra coisa, dir-se-á que é mais débil e licencioso do que é na realidade.

Assim, pois, parece evidente que a sociedade modelo terá maior poder que as outras e mais força que ela própria, e que esta virtude convém tanto a um grupo concreto de cidadãos, os governantes, como à multidão em geral, pois nenhuma atividade concreta do homem pode ser dominada e não ser pela temperança. Neste caso, não acontece como com a sabedoria e a fortaleza, que correspondem a um grupo determinado; pelo contrário, a virtude da temperança deve desenvolver-se em toda a sociedade, transmitindo-se à totalidade desde a infância e de modo comum, ou seja, para todos, devendo ser rechaçado o contrário (*Rep* 432a-b). Com isso dissemos de que modo a temperança pertence à sociedade. Sendo quatro as virtudes, devemos expor agora o desenvolvimento daquela que foi mencionada no começo, a saber, a justiça.

32. *A justiça*. – Dissemos, portanto, que nesta comunidade, a equidade, tal como a prudência, que é obra da justiça, são simplesmente o que antes referimos a respeito do governo da dita sociedade. Porque, como já afirmamos, convém que cada homem concreto se dedique nesta comunidade a uma só das atividades sociais, a saber: aquela para a que se ache melhor dotado pela natureza. Esta é a equidade que confere à sociedade o poder conservar-se e manter-se enquanto perdurem seus princípios e existam as forças de que acabamos de falar. Tal acontece quando os governantes e os súditos estão de acordo por própria convicção em manter as normas estabelecidas, que devem estar arraigadas nos jovens e nas mulheres, nos escravos e nos livres, nos dirigentes e nas massas, e em geral em todas suas partes. Assim, cada qual poderá exercer a atividade de acordo com sua natureza e não se entreterá no que não lhe corresponde. Deste modo a sociedade possuirá uma estrutura interna justa, porque nela a equidade consistirá antes de tudo em que cada um de seus cidadãos faça tão só aquilo para o que está dotado. Nisto consiste a justiça política, tal como a perversão social, que é causa da injustiça, nada mais é do que o fato de que seus cidadãos se consagram a mais de uma ocupação, passando de um trabalho a outro, de um ofício a outro, de uma categoria a outra (*Rep* 434). Apesar de que isto não resulte prejudicial à sociedade no caso das artes práticas, seu dano é evidente na passagem de uma classe para outra: quando alguém que é comerciante ou rico e passa pelas ditas qualidades à classe dos guardiães, ou, sobretudo, quando o militar sobe para o grupo dos governantes, o resultado é muito nocivo, como se pode comprovar em nossas comunidades [árabes]. Expliquei-lhes, pois, o que acontece nesta sociedade, e baseando-me nela expliquei também o que é a justiça que se estende por todas as partes desta sociedade.

Ao concluir a exposição sobre o caráter da justiça na sociedade, Platão coloca o mesmo problema na alma do indivíduo. Se se dá uma coincidência com o que foi dito a respeito da comunidade, então será correto; se não se der, neste caso dever-se-ia reconsiderar o especificado na dita sociedade: se se trata só de uma diferença para mais ou para menos, se se trata de uma única classe, pois em nin-

guém se dará nada em contrário ao que é nos outros (*Rep* 435). Portanto, tudo o que for justo e equitativo na alma individual, o é também na sociedade concreta.

33. *Equilíbrio social e individual.* – Platão afirma que, como se disse acima, a equidade social consiste no equilíbrio de cada uma das três naturezas, a saber: a racional, a irascível e a concupiscível, atuando na devida forma e em tempo oportuno, e em relação com isto chamamos a uma sociedade prudente, valorosa e moderada. Como estas três condições existem na alma individual, só há domínio de si e justiça no espírito quando as referidas faculdades estão ordenadas do mesmo modo que o estão na comunidade; assim, a cogitativa deve mandar sobre as outras faculdades, e estas ficarão submetidas àquela. E resulta evidente que se tais faculdades não existem na alma, tão pouco existirão na sociedade, já que tais coisas só existem nos homens.

Como se especificou nos livros de *Física*, há em nós duas faculdades opostas: uma é a cogitativa, a outra o apetite, o que se manifesta quando podemos desejar algo, mas não chegamos a consumá-lo (*Rep* 439d-442a). O apetite, de um lado, é desejo, e de outro, fortaleza; é conhecido que a fortaleza luta contra o desejo, dominando-o como se fosse o instrumento de controle mediante o qual a razão governa. Por isso, freqüentemente resistimos com força à cega atração dos desejos. E se tudo isso é tal como o descrevemos, então as três faculdades existem na alma individual do mesmo modo como se dão em uma comunidade concreta. E ainda mais: a razão de sua existência social é a mesma que se encontra também na alma individual. A justiça e a equidade em uma alma concreta consistem em que cada uma de suas partes atua de forma adequada, como acontece na sociedade ideal. A parte racional governará porque é sábia e está auxiliada por toda a alma; a parte irascível, porque é obediente e está submetida àquela e iluminada por ela para lutar contra a parte concupiscível.

A harmonia da alma individual se aperfeiçoa por meio da música e da ginástica. Mediante a ginástica se desenvolve a fortaleza da alma irascível, graças ao valor, enquanto a música a modera, submetendo-a à razão. E se estas duas partes operam deste modo, então haverão de atuar sobre as demais, disciplinando-as. Um sujeito concreto é chamado precisamente de prudente pelo mesmo motivo que se denomina sábia a sociedade ideal, e os termos fortaleza e temperança predicam-se no mesmo sentido, respectivamente. O indivíduo valoroso é o que sempre respeita o que a razão ordena e manda (*Rep* 442c-d), e entendo por *sempre* os tempos de medo, aflição e apetite: assim definimos anteriormente a fortaleza política. Do mesmo modo, o indivíduo prudente é aquele cuja parte racional rege sempre as demais partes, como acontece no caso desta sociedade ideal; e a temperança individual corresponde à moderação da sociedade perfeita. Assim, pois, o indivíduo, formado com a natureza desta sociedade ideal, será tanto mais virtuoso quanto mais o for a dita sociedade.

Tendo-se estabelecido que a equidade e a justiça na alma individual são semelhantes à equidade e à justiça na sociedade, resultará que o dolo e a injustiça nos indivíduos concretos são idênticos ao delito e à injustiça nas sociedades ignorantes, pois o que acontece é que uma faculdade, diferente da racional, que é a que deve reger e governar adequadamente sobre as demais, atua como diretora,

quer seja diretora a irascível, quer a concupiscível (*Rep* 444). Algo semelhante acontece no caso da saúde e da enfermidade corporal: a saúde consiste precisamente no equilíbrio dos humores e no seu controle natural, e a enfermidade é tão somente um desenvolvimento e desgoverno conatural. O mesmo sucede na alma: sua saúde consiste em estar regida pela razão, e sua enfermidade em que alguma outra de suas partes governe acima da razão. Por isso, a virtude é um tipo de saúde e beleza, e o vício, uma espécie de enfermidade. A saúde é una, e assim também a virtude é una, como também o é a sociedade virtuosa. Os vícios, pelo contrário, são muitos e variados, do mesmo modo que as enfermidades são numerosas e distintas (*Rep* 445c-d). Por este motivo, as sociedades ignorantes serão diferentes e variadas, embora se compendiem em quatro grupos, de acordo com o que Platão dirá depois. O governo virtuoso recebe denominações: uma é a monarquia, quando o que governa é um só, e a segunda é a aristocracia, quando existe mais de um chefe.

34. *Da condição da mulher.* – Havendo concluído o estatuto correspondente às diversas classes de virtudes existentes na sociedade perfeita, Platão volta-se ao que se refere aos guardiães, especialmente no que concerne a como devem unir-se, educar seus filhos e ao modo como devem procriar. Dizemos, pois, que é evidente que se se deseja manter a natureza dos guardiães, devem eles ser controlados por meio da reprodução, isto é, que a maior parte deverá procriar com seus semelhantes, sem poder coabitar com qualquer tipo de mulher, mas somente com mulheres de sua condição e que tenham sido educadas do mesmo modo. Ora, isto é obrigatório para todas as classes de cidadãos e não só para os guardiães.

Aqui se coloca um problema que deve ser investigado: será que existem mulheres, cujas naturezas assemelham-se às de cada uma das classes dos cidadãos, e em especial à dos guardiães, ou será a natureza das mulheres diferente da dos varões. Se fosse semelhante, e considerando-se desde o ponto de vista das atividades da comunidade, então a mulher deveria gozar da mesma situação do varão nesta ordem de coisas, e assim poderiam elas ser guerreiras, filósofas, chefes, etc. Porém, se não fosse assim, a mulher só deveria realizar nas sociedades as atividades que não pertencem em geral ao varão, como o cuidado doméstico, a procriação e outras semelhantes.

Sabemos que a mulher, enquanto é semelhante ao varão, deve participar necessariamente do fim último do homem, embora existam diferenças para mais ou para menos, isto é: o varão é mais eficaz que a mulher em certas atividades humanas, porém, não é impossível que uma mulher chegue a ser mais adequada para algumas ocupações, sobretudo nas que concernem à arte musical. Por isto diz-se [entre os árabes] que fica melhor quando o homem compõe as melodias, e as mulheres as interpretam.

Se a natureza do varão e da mulher é a mesma e toda constituição que é de um tipo deve dirigir-se a uma atividade social concreta, resulta evidente que na referida sociedade a mulher deve realizar os mesmos trabalhos que o varão, considerando-se o fato de que, em geral, são mais débeis que ele. Sem dúvida, a maior parte das mulheres são mais hábeis que os varões em atividades como tecer, coser e outras artes, assim como por sua forma de organizar, tanto na arte da guerra

como nas demais, e tal se comprovou entre os habitantes do deserto e na cidade das mulheres [segundo a tradição árabe]. Do mesmo modo, quando algumas mulheres foram muito bem educadas e possuíram disposições sobressalentes, não foi impossível que chegassem a ser filósofas e governantes. Crê-se, porém, que poucas vezes isto aconteça entre elas, e algumas leis religiosas impedem que as mulheres possam aceder ao sacerdócio; outras, pelo contrário, se reconhecem que possa existir, contudo o proíbem [texto obscuro].

Tudo isto pode ser esclarecido através do que conhecemos nos animais, a saber: que existem fêmeas guerreiras, tais como as que antes comparamos com os guardiãs. Assim, vemos que as fêmeas do cão cuidam tanto quanto o macho e espantam as hienas tanto como estes. Por vezes, em alguns casos, embora raros, a natureza proporcionou aos machos instrumentos que as fêmeas não possuem, como no caso do ferrão. Porém, do modo geral, na maior parte os instrumentos de luta são comuns aos machos e às fêmeas, o que quer dizer que também a fêmea realiza a atividade combativa.

Sem embargo, em nossa sociedade se desconhecem as habilidades das mulheres, porque elas só se utilizam para a procriação, estando, portanto, destinadas ao serviço de seus maridos, e relegadas ao cuidado da procriação, educação e amamentação. Mas isto inutiliza suas outras possíveis atividades. Como nas ditas comunidades as mulheres não se preparam para nenhuma das virtudes humanas, acontece que muitas vezes assemelham-se às plantas, representando uma carga para os homens, sendo uma das razões da pobreza de tais comunidades, nas quais chegam a ser o dobro do número dos varões, enquanto, ao mesmo tempo, como carecem de formação, não contribuem para nenhuma das atividades necessárias, exceto algumas poucas, como fiar e tecer, que realizam, na maioria das vezes, quando necessitam de fundos para subsistir. Tudo isso é evidente per se. Assim são as coisas, e sendo evidente o caso das fêmeas que compartilham com os machos a luta e tudo o mais, na hora de elegê-las convém que busquemos as mesmas condições naturais que consideramos nos varões, e por isso devem ser educadas do mesmo modo, por meio da música e da ginástica.

Platão afirma que as mulheres não necessitam cobrir-se quando praticam exercícios de ginástica junto com os homens, pois estarão protegidas por sua virtude (*Rep* 457a). Pensa, pois, que a mulher poderá ser guardiã, tal como o varão, e que as guardiãs ocuparão o mesmo lugar que os homens – já que nenhum dos guardiães virtuosos nesta sociedade ideal pode permanecer isolado, devendo tomar as refeições em comum –, o que, sem dúvida alguma, os conduzirá a desejar relações sexuais (*Rep* 458c-e). Contudo, o coito não deve ser permitido quando o queiram e como desejam, pois se busca que esta relação seja autenticamente humana, e que o ato sexual não tenha nenhum outro caráter. A preparação das mulheres para a procriação será a mais adequada à sua condição de guardiãs, durante um tempo concreto e com determinados sujeitos e características. Isto deve ser comum a outras comunidades e normas, porém se sabe que os fiéis das distintas leis diferem muito entre si pelo enraizamento de seu estatuto social.